
Morim de Lima, A. Get al. (2018). *Práticas e saberes sobre agrobiodiversidade: a contribuição de povos tradicionais*. Brasília (DF): IEB Mil Folhas.

JOSÉ CÂNDIDO LOPES FERREIRA, Doutorando em Antropologia Social, PPGAS-Unicamp. josecandido02@gmail.com

LORENA FRANÇA, Doutoranda em Antropologia Social, PPGAS-UFSC. alorenafranca@gmail.com

O livro *Práticas e saberes sobre agrobiodiversidade: a contribuição de povos tradicionais* foi vencedor do prêmio Juliana Santilli – Agrobiodiversidade¹. Juliana Santilli foi pioneira na atuação jurídica e nas pesquisas sobre direitos coletivos associados à biodiversidade e aos sistemas agrícolas no Brasil. Influenciou pesquisas relacionadas a conhecimentos tradicionais nos campos da agronomia, antropologia, ecologia e direito. Sua trajetória demonstra o importante diálogo entre produção acadêmica e atuação política.

Seu trabalho foi dedicado a ampla defesa da agrobiodiversidade, a diversidade biológica produzida pelas práticas agrícolas tradicionais, geralmente ignoradas pelas políticas públicas (SANTILLI, 2009). No mesmo sentido, pesquisas de ecologia histórica, botânica e arqueologia têm apontado o manejo agrícola e florestal, desenvolvidos por povos indígenas desde o período pré-colombiano, como importante fator para a produção da biodiversidade amazônica (BALÉE, 1993, CLEMENT et al., 2015, LEVIS et al., 2018). Essas formas de manejo se valem dos processos ecológicos para a produção e resultam no enriquecimento do ecossistema pelo cultivo seletivo de espécies. São modos eficazes de conservação *in situ* da diversidade genética.

A lógica que orienta a agricultura de povos indígenas e tradicionais é o tema principal dos textos reunidos no livro. Sua colaboração está em explicitar os sentidos inerentes às formas de classificação e seleção de variedades, realizado por esses povos. Os autores se apoiam em consistente arcabouço teórico, com a referência de fundo da ciência do concreto levistraussiana. Outras referências, mais contemporâneas, associam as elaborações dos conhecimentos tradicionais às reflexões sobre cosmopolítica e relações interespecíficas.

O capítulo assinado por Laura Santonieri se dedica a investigar a lógica de outro modelo de agricultura. Ela faz um estudo das políticas científicas voltadas para a conservação *ex situ*. Mapeia os debates em torno da criação dos bancos de germoplasma, envolvendo instituições como a FAO² e corporações do setor agroindustrial. Inicialmente pensados como um modo de salvaguardar material fitogenético, os bancos de germoplasma seriam complementares à conservação *in situ*, visando a segurança alimentar em regiões estratégicas do mundo. Mudanças nos paradigmas científicos, orientadas por interesses

econômicos, transformaram-nos em reservas para criação de sementes de alta produtividade.

Temos o contraponto entre dois modelos de produção. A agricultura de sementes híbridas domina a produção de larga escala e recebe suporte de políticas de crédito e de assistência técnica. Ao mesmo tempo, a agricultura de subsistência fica submetida à legislação ambiental inadequada e às restrições e controle do Estado. Falta interesse e conhecimento efetivo dos órgãos técnicos sobre os sistemas de manejo tradicionais. Os saberes envolvidos nos manejos agrícolas tradicionais estão voltados para o entendimento das relações complexas dos cultivos no ecossistema. As práticas agrícolas se valem de minuciosa observação, rico vocabulário descritivo e experimentos incessantes de combinações, princípios genuinamente científicos.

O extrativismo da castanha, realizado por quilombolas do rio Trombetas (PA), é o exemplo apresentado por Igor Scaramuzzi. Os quilombolas têm conhecimentos apurados sobre as castanheiras e as pontas de castanha, que são expressos numa onomástica especializada. A interação histórica com essas árvores, através de gerações, cria entendimento sobre o lugar que elas habitam, sobre quais delas jogam ouriços mais macios e com maior número de castanhas. Experiências pessoais e de terceiros, relacionadas às castanheiras, são temas da onomástica. Existe a Castanheira Quebra Terçado (que tem ouriços tão duros que podem quebrar o facão) e a Castanheira da Velha Júlia (árvore predileta da Velha Júlia, para colher ouriços), por exemplo. Esses nomes, que são atribuídos a algumas árvores em meio à extensa floresta, transmitem informações sobre indivíduos. São formas conscientes não apenas de selecionar, mas de mapear e identificar o território.

No litoral paraibano, os Potiguara resistem em meio a extensas plantações de cana-de-açúcar. O verde monótono do canavial contrasta com as ilhas de diversidade agrícola cultivadas por eles. No texto de Thiago Cardoso entendemos que sistemas agrícolas integram o conjunto de práticas e conhecimentos humanos e o conjunto de plantas em ambientes manejados. As roças e capoeiras são lugares que reúnem dezenas de espécies cultivadas, diferentes tonalidades de verde e relações familiares. Já os canaviais são monoespecíficos, manejados por máquinas, pelo mercado e pelo Estado. A mandioca e a cana materializam esses dois modelos de produção: um baseado na troca de sementes entre parentes e em plantios biodiversos, que geram alimentos; o outro fundamentado na propriedade sobre a terra e na fabricação de mercadorias.

Os Pataxó do sul da Bahia têm apreço pelas coleções de mandiocas. Marilena de Arruda Campos conta histórias que vinculam a vida de humanos e manivas. As roças fazem parte da história dos pataxó. O vocabulário da filiação associado às mandiocas expressa a relação de familiaridade e de afeto entre humanos e plantas. As agricultoras procuram atender às preferências das plantas. Observam a lua certa para plantar, procuram a posição mais adequada para a maniva na

cova e o quanto de luz e sombra ela terá disponível. As agricultoras criam as melhores condições para que as mandiocas cresçam e deem frutos.

Para os Wajãpi, o lugar ideal para abrir um roçado é a floresta madura, com grandes árvores, terreno plano, boa terra, sem formigas. Mas essas condições não são suficientes para ter boas roças, como mostra Joana Cabral de Oliveira. É preciso incentivar as plantas a crescerem e isso é feito por enunciações, frases recitadas para elas no momento do plantio. Alguns versos falam das qualidades que os frutos devem desenvolver, fazendo referência às formas de objetos, animais, fenômenos físicos: citam os dentes da onça para que os amendoins fiquem grandes, a taboca para que o milho cresça comprido, a vespa que constrói ninhos compridos, como deve ser o cacho de bananas. As palavras agem sobre os outros seres, têm o poder de criar, proteger, curar. São usadas em conversas cotidianas com plantas, animais e os donos da roça e da caça, uma língua que se fala com as outras espécies que coabitam o mundo.

Já Ana Morim de Lima mostra como a agricultura krahô é um processo de socialização das plantas e da paisagem. O trabalho na roça é coletivo, orientado pelo calendário agrícola e sazonal. A agricultura não se limita ao plantio. Ações rituais, como as corridas de toras, refeições coletivas e resguardos acompanham o trabalho com as roças e garantem a eficácia da produção. Os Krahô também têm repertórios de cantos que animam o trabalho e fazem as plantas crescerem. Os cantos falam das plantas cultivadas, fazendo referência às cores, formas e outras características das sementes e dos frutos. Mostram a expertise não utilitarista dos agricultores indígenas sobre as plantas que cultivam.

Em seu conjunto, o livro *Práticas e saberes sobre agrobiodiversidade: a contribuição de povos tradicionais* nos mostra como as relações entre espécies são a fonte de conhecimentos sobre outros modos de produção. Povos indígenas e tradicionais aprendem no convívio com plantas e animais padrões nos elementos da natureza. A lógica que emerge dessas experiências sensíveis (LEVI-STRAUSS, 1989) fundamentam extensos repertórios de práticas e teorias que permitem transitar num mundo coabitado por sujeitos mais-que-humanos. A diplomacia e o cuidado com as outras espécies passa por saber falar e cultivar atenção sobre os outros. Assim como já nos mostrou o trabalho de Juliana Santilli, o mote ecológico deve deixar de ser a preservação de indivíduos, para dar lugar à cosmopolítica da vida entre espécies: é preciso garantir as condições propícias para que a diversidade seja multiplicada. Nesse sentido, as decisões políticas devem trabalhar para enriquecer e garantir a diversidade de formas de vida. A começar pelo reconhecimento e proteção dos sistemas agrobiodiversos tradicionais.

Notas

¹ O prêmio foi lançado pelo Instituto Socioambiental (ISA), Associação Bem-Te-Vi e Editora Mil Folhas do Instituto Internacional de Educação no Brasil (IEB). A obra em questão foi contemplada pelo edital do ano 2017

² Food and Agriculture Organization, agência das Nações Unidas para agricultura e combate à fome, <http://www.fao.org/>

Referências

BALÉE, WILLIAM. (1993). Biodiversidade e os índios amazônicos. In: Carneiro da Cunha, Manuela. Viveiros de castro, Eduardo. *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: NHII, USP.

CLEMENT, C. R., DENEVAN, W. M., HECKENBERGER, M. J., JUNQUEIRA, A. B., NEVES, E. G., TEIXEIRA, W. G., & WOODS, W. I. (2015). The domestication of Amazonia before European conquest. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*, 282(1812), 2015 <https://doi.org/10.1098/rspb.2015.0813>

LEVI-STRAUSS, C. (1989). *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus.

LEVIS, C., FLORES, B. M., MOREIRA, P. A., LUIZE, B. G., ALVES, R. P., FRANCO-MORAES, J., ... & COSTA, F. R. (2018). How people domesticated Amazonian forests. *Frontiers in Ecology and Evolution*, 5, 171. <https://doi.org/10.3389/fevo.2017.00171>

SANTILLI, J. (2015). O reconhecimento de comidas, saberes e práticas alimentares como patrimônio cultural imaterial. *DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde*, 10(3), 585-606. <https://doi.org/10.12957/demetra.2015.16054>

SANTILLI, J. (2009) *Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores*. São Paulo, Editora Peirópolis LTDA.